

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA

WILLAMYS DA COSTA MELO

**TECENDO REFLEXÕES ACERCA DAS MASCULINIDADES EM DIÁRIO DE
BITITA DE CAROLINA MARIA DE JESUS**

Maceió
2020

WILLAMYS DA COSTA MELO

TECENDO REFLEXÕES ACERCA DAS MASCULINIDADES EM DIÁRIO DE
BITITA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Artigo científico apresentado ao Curso de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Prof^o MSc Érika Cecília
Soares Oliveira

Maceió

2020

Tecendo reflexões acerca das masculinidades em Diário de Bitita de Carolina Maria de Jesus

Willamys da Costa Melo, Érika Cecília Soares Oliveira

Resumo

O problema presente neste artigo trata-se de como podemos (re)pensar a concepção de masculinidades, articulando com a obra *Diário de Bitita* (1986), escrita pela mineira Carolina Maria de Jesus (1913?-1978). A partir da denúncia a ordem eurocêntrica do conhecimento por Grada Kilomba, traçamos uma proposta contra-hegemônica através de vozes descolonizadoras. Num primeiro momento, apresentaremos uma breve discussão acerca das masculinidades vigentes. Posteriormente, promoveremos um diálogo com os registros sobre masculinidades presentes no livro de Carolina. Para isso, o instrumento político de análise de dados será a interseccionalidade, partindo da cosmovisão da intelectual Carla Akotirene. Amparadas em teóricas do feminismo negro, temos o intuito de problematizar e tecer novas reflexões, contribuindo, assim, para a pluralidade de ideias. Por fim, nossas considerações traçam uma interlocução com teóricos/as, ampliando o debate e percorrendo novos rumos para o campo da psicologia social e outras áreas do saber.

Palavras-chave: Masculinidades; Carolina Maria de Jesus; Diário de Bitita; Psicologia Social; Interseccionalidade.

Weaving reflections about masculinities in Carolina Maria de Jesus' Diary of Bitita

Abstract

The problem present in this article is how we can (re)think about the conception of masculinities, articulating with the book *Diário de Bitita* (1986), written by Carolina Maria de Jesus (1913?-1976) from Minas Gerais. From the denunciation of the Eurocentric order of knowledge by Grada Kilomba, we draw up a counter-hegemonic proposal through decolonizing voices. At first, we will present a brief discussion about the current masculinities. Later, we will promote a dialogue with the records about masculinities present in the book of Carolina. For this, the political instrument of data analysis will be intersectionality, starting from the

worldview of the intellectual Carla Akotirene. Supported by black feminism theoretics, we intend to problematize and weave new reflections, thus contributing to the plurality of ideas. Finally, our considerations outline an interlocution with theorists, broadening the debate and going through new directions in the field of social psychology and other areas of knowledge

Keywords: Masculinities; Carolina Maria de Jesus; Diary of Bitita; Social Psychology; Intersectionality.

Tejiendo reflexiones sobre masculinidades en Diario de Bitita de Carolina Maria de Jesus Resumen

El problema presente en este artículo se refiere a cómo podemos (re)pensar la concepción de las masculinidades, articulando con la obra Diario de Bitita (1986), escrita por la minera Carolina Maria de Jesus (1913? -1978). A partir de la denuncia del orden eurocéntrico del conocimiento por Grada Kilomba, elaboramos una propuesta contrahegemónica a través de voces descolonizadoras. Al principio, presentaremos una breve discusión sobre las masculinidades actuales. Más adelante, promoveremos un diálogo con los registros sobre masculinidades presentes en el libro de Carolina. Para ello, el instrumento político del análisis de datos será la interseccionalidad, a partir de la cosmovisión de la intelectual Carla Akotirene. Con el apoyo de teóricas del feminismo negro, nuestra intención es problematizar y tejer nuevas reflexiones, contribuyendo así a la pluralidad de ideas. Finalmente, nuestras consideraciones esbozan una interlocución con teóricos y teóricas, ampliando el debate y atravesando nuevos rumbos para el campo de la psicología social y otras áreas del conocimiento.

Palabras-clave: Masculinidades. Carolina Maria de Jesus. Diario de Bitita. Psicología Social. Interseccionalidad.

Introdução

Ao longo da construção desse artigo, eu gostaria de tecer reflexões acerca das noções existentes de masculinidades em interlocução com a obra *Diário de Bitita* (1986), da escritora brasileira Carolina Maria de Jesus (1913?-1976). Inicialmente, demarco meu “lugar de fala” (Ribeiro, 2019, p. 59) e minha lente analítica, sob o olhar de um homem-cisgênero-branco-gay-classe média- pró feminista e nordestino, não reconhecendo somente meus privilégios, mas desnaturalizando o local o qual pertencço. Num primeiro momento, apresentarei uma introdução sobre as concepções vigentes de masculinidades. Posteriormente, analisarei passagens específicas do livro póstumo de Carolina em diálogo constante com feministas negras, sob o uso da ferramenta analítica, interseccionalidade, partindo da cosmovisão de Carka Akotirene.

De acordo com Patricia Hill Collins (2017), essas intelectuais promovem epistemologias e reúnem seus esforços para construir um feminismo antirracista, abarcando uma visão diferente das formas de opressão e ampliando nossa visão de mundo. Assim como reitera Djamila Ribeiro (2018, p. 7): “Pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos”. Dessa maneira, introduzo como instrumento de análise a ferramenta oriunda das mulheres negras: interseccionalidade. Tal conceito trata de uma “sensibilidade analítica” (Akotirene, 2019, p. 18) capaz de visualizar as encruzilhadas que permeiam os marcadores sociais, cunhado por feministas negras, mas antes mesmo de se intitularem enquanto feministas, o respectivo conceito já estava atrelado ao coração da mulher negra.

A discussão aqui elaborada é resultado das minhas andanças acadêmicas da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Durante a minha graduação, participei de um Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado Pistas de Carolina Maria de Jesus para a intervenção psicossocial, através do Instituto de Psicologia (IP). Eu estava saindo do terceiro período e ingressando no quarto quando iniciei esse percurso. Foram mais de dois anos estudando a vida e as obras de Carolina no intuito de fornecer pistas para as nossas

intervenções psicossociais. Concomitante a isso, estive imerso nas discussões do Grupo de Estudos de Diversidades e Política (EDIS) e fui monitor da disciplina de Psicologia e Processos Socioculturais

A partir dessa vivência, me deparei com o olhar decolonial e, por meio dele, me coloco a denunciar o projeto dito como moderno/colonial, que apenas promove um grande “epistemicídio” - termo cunhado por Boaventura de Souza Santos em 1995 (Grosfoguel, 2016) - e se coloca numa posição superior em detrimento dos outros saberes.

Traço metodológico

Para a elaboração do artigo, nos propomos traçar uma pesquisa qualitativa feminista. Concebemos uma abordagem enquanto qualitativa, da seguinte forma: “(...) a qualitativa se afirma no campo da subjetividade e do simbolismo, realizando uma aproximação entre sujeito e objeto. A geração do conhecimento é, portanto, advinda da conexão social ao invés da separação” (Paiva, 1997, p. 519). Enquanto o caráter feminista se dá a partir da contribuição de epistemologia criada por mulheres-feministas para com a ciência, não só descentralizando o androcentrismoⁱⁱ, como também inserindo novas lentes, novas perspectivas e novos significados para criação de um novo conhecimento (Narayan, 1997). Se trata de uma tentativa de trazer para o debate, para o centro de disputa de poder das ciências, mulheres que produzem teorias.

O nosso escrito tem como base o feminismo negro e o instrumento de análise a interseccionalidade, esta entendida aqui pela cosmovisão de Carla Akotirene (2019, p 19), como: “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado (...)”. Ainda concordando com a autora, tal instrumento foi cunhado pela intelectual Kimberlé Crenshaw, sendo desenvolvido também por Angela Davis, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez e tantas outras escritoras. Analisaremos as masculinidades e suas construções identitárias, presentes na

obra **Diário de Bitita** (1986) escrita por Carolina Maria de Jesus, com o uso desse artefato ancestral, tendo a raça como centralidade.

Movido pela “escrevivênciaⁱⁱⁱ” de Carolina (Soares e Machado, 2017), a escolha do livro parte do encontro entre eu (primeiro autor do artigo) e a autora, entre mim e o seus escritos, tornando assim, uma escolha política metodológica para este trabalho. A linguagem, os registros de Carolina em seu livro, é a base da nossa análise de dados. Entendemos aqui, como destaca bell hooks (2008), que as palavras modificam nossa subjetividade, nossos sentidos e nossa percepção de mundo. Como também pontua Gloria Anzaldúa (2000, p. 232): “A escrita é uma ferramenta para penetrar naquele mistério, mas também nos protege, nos dá um distanciamento, nos ajuda a sobreviver”. Portanto, a partir da minha localização social e da linguagem escrita de Carolina, desenho todo o artigo buscando trazer para a academia novos horizontes, um discurso menos colonizador. Aqui somos sujeitos que refletem e escrevem, minuciosamente, com o auxílio do feminismo negro e suas vozes descolonizadoras, na urgente atividade de descolonizar o conhecimento eurocêntrico (Kilomba, 2019).

Masculinidades e suas performances^{iv}

As pesquisas e estudos sobre masculinidades iniciaram em 1970 e, posteriormente, começaram a se construir de uma maneira mais elaborada e organizada. Ao longo do tempo houve tentativas de escutar vozes não privilegiadas, ou seja, vozes subalternizadas, que destoam da voz masculina hegemônica e tida como universal (Bento, 2015). Fazendo uso das palavras de Berenice Bento:

Os estudos sobre os homens tentam compreender os mecanismos sociais por meio dos quais estes estruturam suas práticas, pensando-as relacionalmente. Mas o “relacional” aqui transcende os limites entre homem e mulher. Há uma preocupação em pensar como os próprios homens relacionam-se entre si, contribuindo para a construção de sua identidade de gênero (Bento, 2015, p. 83).

O que seria então “masculinidade hegemônica”? O conceito vem sendo desenvolvido pelo cientista social australiano Robert W. Connell. Segundo ele, seria aquela posta enquanto normativa, superior, acima de todas as outras, dominadora sob homens e mulheres, subordinando funções de gênero e identidades (Connell e Messerschmidt, 2013). Acrescentando, ainda, homens que se beneficiam do patriarcado, legitima práticas e posturas machistas e sexistas. Como bem coloca o sociólogo Daniel Welzer-Lang (2001, p. 461): “Os homens dominam coletiva e individualmente as mulheres. Esta dominação se exerce na esfera privada ou pública e atribui aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos”.

Na contemporaneidade, ao falarmos sobre masculinidades devemos reconhecer a pluralidade de características dos indivíduos para além das funções de gênero, não mais de uma maneira imóvel ou estática, mas enquanto formas de expressão, ultrapassando os limites naturalizados no ser homem e no ser mulher (Gama, 2016). Dialogando com Machado (2016), vivemos uma “crise masculina” emergente em nossa sociedade. Isto é, a tentativa de se reinventar, de incluir novas performances, de quebrar com regras pré-estabelecidas e comportamentos hegemônicos designados ao que é ser homem. Pensar numa definição para “masculinidade(s)” é simplesmente limitar sua concepção. Na tentativa de não enquadrar nem reduzi-lo, observamos que o “ser homem” é constituído por diversas maneiras em cada sociedade e milhares de masculinidades podem ser performadas no mesmo ambiente.

Performance de gênero, entendida neste artigo, é um conceito trabalhado pela filósofa norte americana Judith Butler e, em linhas gerais, seria aquilo que desnaturaliza o sexo e o gênero, seria um “ato”, sugere uma construção performativa, um conjunto de ideias, práticas e sentidos que modelam o gênero, dessa maneira, o gênero se mostra performativo sendo sempre interpelado por práticas reguladoras e normativas, que supõem noções identitárias e binárias (Butler, 2003). Posto isso, dissertar acerca das masculinidades, ocupando o lugar a qual pertencço, estabelece os parâmetros e limites éticos da minha pesquisa. O meu corpo performa

um tipo de masculinidade elaborada pela minha cor branca, por eu ser cisgênero, *gay*, brasileiro, nordestino, alagoano, classe média e construído entre idas e vindas para o interior do estado. O meu jeito de andar, de falar, de se expressar, reflete a minha identidade. Agora, eu pergunto a vocês: será que todos/as performam a masculinidade da mesma maneira? Será que podemos entrar em um consenso de qual é a mais correta? É exatamente disso que trataremos nesse artigo. Convido a refletirem e problematizarem as noções de masculinidades existentes.

O nosso corpo é (re)elaborado ao longo da história. Perante o imaginário social e do senso comum, o homem, ou melhor, a masculinidade ideal é posta como sendo de um “cara viril”, cisgênero, de cor branca, com poder aquisitivo, além de um homem heterossexual (Rodriguez, 2019). Logo, poderíamos nos questionar: todos aqueles que estão fora desses marcadores sociais não correspondem a masculinidade hegemônica ideal? Sendo assim, tudo o que está para além desses estereótipos não pode gozar dos mesmos privilégios?

O “X” da questão não está apenas centrado no homem heteronormativo e com todas as características citadas acima. Por que estamos unindo forças para regular maneiras de expressar o que é ser masculino? Não seria mais fácil todos os homens performarem suas masculinidades da maneira mais saudável e ética? Um conjunto de leis, morais e crenças manipulam a nossa maneira de performar e (re)força preceitos de uma dita masculinidade colocada como hegemônica (Souza, 2010). Um grupo detém o poder e usufrui de privilégios, enquanto outro pertencente às masculinidades periféricas, sofre assim os efeitos colaterais (Rodriguez, 2019).

A construção do que é gênero, masculinidade e feminilidade, para Paul B. Preciado (2019), encontra-se atrelada a indústria farmacopornográfica. Para o autor tal elaboração está relacionada com o capitalismo industrial: “Longe de ser a criação de uma agenda feminista, a noção de gênero pertence ao discurso biotecnológico que apareceu nas indústrias médicas e terapêuticas dos Estados Unidos no final da década de 1940” (Preciado, 2018, p. 109). Em 1995, o psicólogo John Money, especialista em “bebês intersexuais” e “hermafroditas”, utilizou-se da

nomenclatura gênero como aparato modificador de corpos de bebês, que estão desregulados, para “adaptar” a medicina ao regime do que seria masculino e feminino (Preciado, 2018).

Portanto, entende-se, que o gênero possui essa maleabilidade, na qual sempre haverá tentativas de reparos, modificações, cortes, adições e infinitas mudanças. Dando continuidade ao pensamento de Preciado (2018), posteriormente, os/as bebês sofreram amputações ou modificações das suas genitálias e mais tarde receberam hormônios. Como não atrelar essas técnicas com os comandos farmacopornográficos do biocapitalismo de produção de gênero? São medidas que corroem, invasivas e destrutivas.

Ser homem “ou” ser mulher para o mundo é sempre colocado numa posição de “ou”. Quando eu, ou qualquer outro *gay*, performa traços tidos como femininos, imediatamente somos encaixados numa lógica de: “você é quase uma mulher”. Em **A guerra declarada contra o menino afeminado** (2012), escrito pelo sociólogo peruano Giancarlo Cornejo, é apresentado a todo o momento como o corpo de um garoto *gay* está sendo patologizado e circunscrito por normas e regras, como também modelado por performances de gênero, ilustrando, dessa maneira, a força de uma cultura heteronormativa.

Não obstante, isso só (re)afirma as polaridades, tentando, dessa forma, homogeneizar diversas experiências e novas nuances de masculinidades e feminilidades (Machado, 2016). Sendo assim, podemos entender que a “crise masculina” seria essa quebra dos padrões impostos ao modelo masculino hegemônico, em outras palavras, os questionamentos para essa norma reguladora que reprime muitas vivências.

Constantemente o ser homem está sendo moldado e encaixado em um determinado contexto, performando de diversas formas e trazendo sempre novas representações. Tratando especificamente do homem nordestino, local ao qual pertenço, ainda persiste uma forte ideia do “cabra macho”, mas não só isso, também é retratado enquanto um homem menos corajoso, desprovido de força e intelectualmente inferior (Gama, 2016). A mídia, cotidianamente,

representa a nossa masculinidade nordestina distante das verdadeiras realidades, ou seja, nos coloca em um bloco homogêneo de homem macho, rude e viril (Gama, 2016). Ainda segundo a autora, é desonesto não fundamentar a influência direta dos colonizadores portugueses (modos, costumes e crenças), como também não conceber características de africanos e ameríndios. Em suma, somos seres múltiplos, diversos, com manifestações culturais variadas.

A criação do homem cis branco está diretamente relacionada não somente a feminilidade da mulher cis branca, mas também ao homem cis negro (Conrado & Ribeiro, 2017). Para bell hooks (2019a), os meninos negros quando ouvem de seus pais “seja homem”, significa performar e adquirir uma identidade masculina dentro dos moldes patriarcais, já que não existia uma ideia homogênea e igual de masculinidade para todos os homens negros de uma mesma comunidade (hooks, 2019a). Ideal saber que bell hooks fala de um espaço localizado, ou seja, sua percepção analítica advém de estudos e experiências nos Estados Unidos, portanto não podemos simplesmente aplicar sua visão como aquela predominante aqui no Brasil, mas podemos utilizá-la para entender e perceber tais aproximações da realidade brasileira.

No que tange o homem negro e a suas masculinidades, também nota-se uma imposição e um caráter exploratório numa tentativa de aproximá-los da imagem do homem branco. Como também: “(...) na fantasia branca a negritude brasileira tem sempre um componente sádico” (Trevisan, 2018, p. 100) perpetuando, assim, imagens e narrativas de um povo, de uma cultura.

Ao longo da história, através dos livros e daquilo ensinado nas escolas, promulgou-se a ideia de masculinidade negra igual para todos os homens negros e, dessa forma, silenciaram diversas experiências e tentaram apagar a existência dessas pessoas. A maior imagem divulgada do homem negro é aquela que o coloca como o perdedor, aquele que não está bem consigo mesmo, amedrontador, agressivo e compulsivo por sexo (hooks, 2019a). Esse conteúdo foi construído pela nossa sociedade supremacista branca e patriarcal.

Em virtude dos estereótipos, “piadas” e preconceitos, o homem negro foi absorvendo essa imagem de como deveria se comportar e se representar, ao longo da história. Segundo bell hooks (2019a, p. 175), muitos homens negros tentaram se igualar a essa imagem representativa de masculinidade branca, dada como hegemônica e universal, para eles essa ideia seria como o “aprimoramento da raça”. Em contrapartida, não foram todos os homens negros que simplesmente aceitaram as representações do nosso imaginário supremacista branco. Como diz Fanon (2006 p. 126): “Apesar de tudo, recuso com todas as minhas forças esta amputação. Sinto-me uma alma tão vasta quanto o mundo (...)”. Houve resistência e luta para tentar subverter o que estava sendo posto.

Durante o período colonial e, ainda nos efeitos reverberados por ele (colonialidade), a imagem de masculinidade negra disseminada foi de um homem negro patriarcal, que precisa domar sua família (hooks, 2019a). Compactuando com o pensamento de Trevisan (2018), essa ideia de família patriarcal ecoa em parâmetros bem definidos para as feminilidades e masculinidades. Em se tratando de famílias negras, podemos nos perguntar: o quão reprimido esses homens negros foram e estão sendo? O quão controlados e oprimidos os seus modos de vidas foram? Quanto interferiu na subjetividade deles? Dialogando com as palavras de Frantz Fanon:

(...) em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco (...) (Fanon, 2008, p. 94).

A partir das palavras de Fanon, tento elucidar o quão complicado é se constituir em uma sociedade supremacista branca. Para o homem negro exercer sua masculinidade longe dos nossos moldes brancos é ainda mais complexo, pois a lógica colonizadora permanece presente e tenta impor nossos traços em pessoas negras. Dessa forma, perpetuamos o racismo e uma visão universal do que é ser homem.

Essa construção do que é “ser homem” não está desatrelada do machismo, do patriarcado e da quantidade de morais que regulam todos os dias nosso modo de ser e de viver. Por meio de leituras, me deparei com múltiplos feminismos, aqui, eu escrevo especificamente do feminismo negro, elaborado e escrito por bell hooks e Grada Kilomba. Bem como, trago contribuições da feminista negra Chimamanda Ngozi Adichie. Todas elas apresentam o feminismo como prática de liberação para os nossos corpos, isto é, o feminismo negro pode ser não só um instrumento, e sim, uma visão de mundo, uma prática libertadora para todos/as nós.

Nós acreditamos, teoricamente e sentimentalmente, no poder das palavras faladas, escritas e gesticuladas. Através das autoras supracitadas, é possível perceber e entender um feminismo que é para todos/as. Como Chimamanda (2015 p. 50) pontua: “Ao meu ver, feminista é o homem ou a mulher que diz: sim, existe um problema de gênero ainda hoje e temos que resolvê-lo, temos que melhorar. Todos nós, mulheres e homens, temos que melhorar”. O feminismo negro pode ser essa lente para a construção de um mundo mais justo com os nossos corpos, lutando contra o sistema cisheteropatriarcal e racista, nos auxiliando a performar o gênero e sexualidade da maneira como bem quisermos. Indo além da noção binária homem-mulher, azul-rosa e desmantelando os problemas de gêneros existentes ainda na sociedade contemporânea. Enfrentar o patriarcado se faz necessário para a nossa construção e (re)produção das nossas masculinidades. Com as palavras de bell hooks:

um homem despojado de privilégios masculinos, que aderiu às políticas feministas, é um companheiro valioso de luta, e de maneira alguma é ameaça ao feminismo (...). Então, homens acordem e (re)conheçam o feminismo como um auxílio para nos livrarmos de amarras sexistas, patriarcais e misóginas (hooks, 2019b, p. 31).

Do mesmo modo a nossa branquitude precisa ser questionada enquanto marcador social presente na sociedade. Grada Kilomba nos ajuda a refletir sobre branquitude, processos de colonização e subordinação. Por que eu estou trazendo isso? Simples, a branquitude permeia todos os aspectos de nossas vidas, ela tem ditado e ainda dita como deve ser forjada a nossa identidade e isso não seria diferente para a minha/nossa masculinidade branca que continua

sendo a mais valorizada. O homem branco está no topo da pirâmide de representação e se for rico é o pacote completo. Quando Kilomba (2019, p. 38) diz: “Em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com o que o *sujeito branco* não quer se parecer”, só reforça que o sujeito negro é a representação do que é indesejável para nós brancos. Portanto, discutir masculinidades, por um viés interseccional, é de extrema importância para entendermos as subjetividades e as suas mais variadas formas de performance.

Entendemos que as masculinidades são produzidas pelo mosaico de intersecções e performadas de acordo com as mais distintas realidades. Como também, por todos os mecanismos reguladores (igreja, escola, herança colonial, morais, leis, entre outros) perpassam a construção das masculinidades e feminilidades, e em detrimento disso, também forjaram superioridades e inferioridades em relação ao gênero, instauraram nomeações em nossos corpos, modificando, assim, a dinâmica das relações sociais (Souza, 2010). Em se tratando de uma intensa dinâmica de poder, sobretudo, em nossa relação entre nós homens (Santos, Detoni, Novais, 2019). Afinal, nos diferenciamos entre nós mesmos, seja pela nossa raça e etnia, sexualidades, idade, religiosidade entre outros marcadores sociais.

Após essa breve discussão acerca das masculinidades, passo a introduzir a obra **Diário de Bitita** (1986) de Carolina Maria de Jesus para criarmos diálogos e gerarmos novas reflexões sobre essa categoria.

Carolina Maria de Jesus, presente!

Carolina Maria de Jesus nasceu no dia 14 de março de 1914 numa pequena cidade, Sacramento – Minas Gerais, com aspecto interiorano, com fortes características rurais, permeada pela população negra quilombola e indígena (Farias, 2017). Escritora, poeta e compositora, possui um acervo com cerca de 5.000 páginas e todas nasceram: “quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia (Jesus, 1960 p. 170)”.

Diante de vários escritos, gostaria de destacar o seu *best seller* **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada (1960), publicado pela Editora Francisco Alves, apresentando Carolina como a mulher-escritora que denunciava a realidade da vida brasileira: “escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados (Jesus, 1960, p 173). A edição de 1963 rendeu mais de 80.000 mil exemplares (Castro e Machado, 2007). Também, destaco sua obra póstuma, de 1986, publicada pela Editora Nova Fronteira, **Diário de Bitita**, esta trabalhada aqui no artigo. Uma obra elaborada por lembranças de sua infância, narrando diversos momentos da escritora com seus/suas familiares, descrevendo seus afazeres e momentos do seu dia a dia.

A escritora veio a falecer no dia 13 de fevereiro de 1977, de um ataque de bronquite asmática, vivendo seus últimos dias ao lado dos/as seus/suas filhos/as na casa de José Carlos, em Parelheiros – São Paulo (Castro e Machado, 2007). Já sua “escrita viva” se encontra em todas as pessoas que se debruçam em suas sábias palavras. Após essa breve síntese, narrando superficialmente momentos da vida de Bitita, passo a analisar passagens específicas sobre as masculinidades presentes em seu livro **Diário de Bitita** (1986).

Diário de Bitita (1986): “eu quero virar homem”^v

Eu inicio o tópico com essa frase entre aspas escrita por Carolina no Diário de Bitita (1986, p. 16), obra póstuma que reúne um compilado de textos escritos ao longo da vida sobre sua infância. De acordo com Palma (2017), é uma escrita (re)memorialística, repleta de lembranças, vivências e experiências, percorrendo diversos âmbitos da vida de Carolina, contendo capítulos que falam sobre a família, a morte do avô, a cidade, dentre outros temas.

Bitita percebia desde cedo a diferença de comportamento entre homens e mulheres e para além disso, percebia também os (não)privilégios concedidos a cada um/uma. Na infância presenciou diversas situações, uma delas foi: “Um dia vi duas mulheres brigando por causa de um homem (...) Será que o homem é tão bom assim? Por que as mulheres brigam por eles?”

(Jesus, 1986, p. 9). Nesta passagem, a ideia do homem ser um sujeito tão prazeroso atíca a cabeça da pequena Bitita e, posteriormente, ela começa a pensar em algumas metáforas: “Será que o homem é melhor do que banana frita com açúcar e canela? Será que o homem é mais gostoso do que arroz com feijão e frango? Será que quando ficar grande conseguirei um homem para mim? Quero um homem bem bonito!” (Jesus, 1986, p. 9-10).

Um outro exemplo que podemos analisar a marcante diferença entre os gêneros é: “No mato eu vi um homem cortar uma árvore. Fiquei com inveja e decidi ser homem para ter forças” (Jesus, 1986, p. 10). Pouco a pouco, a ideia de homem iria se formando no seu imaginário. Esse homem era cobiçado por mulheres e, agora, se tornava um homem forte. Como diz Faria-Filho e Zica (2010), a elaboração da subjetividade de Carolina e da sociedade se molda no cotidiano, através da linguagem, do comportamento e dos atributos, formando, assim, distanciamentos e fissuras profundas nos gêneros.

Mediante a vivência de Bitita, um ideal de homem era formado e reforçado através de estereótipos. Passou, então, a suplicar para mãe: “Mamãe... eu quero virar homem. Não gosto de ser mulher! Vamos, mamãe! Faça eu virar homem” (Jesus, 1986, p. 10). Logo, sua mãe tentava suprir a necessidade e respondia: “Vai deitar-se. Amanhã, quando despertar, você já virou homem” (Jesus, 1986, p. 10). Dessa maneira, Carolina tentou por diversas vezes encontrar formas de se tornar homem.

Durante o processo de escrita, não tem como não trazer recordações do passado. Eu, quando tinha mais ou menos 8 anos, me imaginava sendo uma mulher. Isso se deu pelo fato de eu enxergar o quanto “ser mulher” parecia mais delicado. Porém, eu me imaginava enquanto uma mulher forte e poderosa. Essa era a visão que eu conseguia obter dos filmes de ficção que assistia, dos desenhos de super heróis e heroínas. Diferentemente de Bitita, eu tive acesso aos meios eletrônico e isso reforçou um imaginário em mim. A cultura que estamos inseridos/as

também elabora o processo de criação das masculinidades e suas violências, por meio dos valores transmitidos e da nossa criação (Martínez-Moreno, 2018).

Assim, como bem pontua Paul B. Preciado (2019, p. 111): “Masculino e feminino são termos sem conteúdo empírico para além das tecnologias que os produzem”. Diferenças postas pelas ciências biomédicas percorrem a história do masculino e feminino, por exemplo, no período renascentista o órgão estava atrelado apenas a reprodução, já no século XIX e XX narrativas sobre a sexualidade, o sangue e genes foram construídas, portanto, as ciências não estavam apenas diferenciando os corpos, mas estabelecendo os parâmetros e limites (Debert, 2008). Isso quer dizer que, são palavras preenchidas por discursos dominantes, por todo aparato social no qual estamos inseridos/as, construídos e reconstruídos ao longo do tempo, formando um enorme mosaico que vai se emoldurando em nosso ser e fazer.

O ser homem continua a ganhar mais característica no decorrer da narrativa, como mostro a seguir: “Sorrindo e transbordando de alegria, pensei que precisava comprar uma navalha para fazer a barba, uma correia para amarrar as calças. Comprar um cavalo, arreios, chapéu de abas largas e um chicote. Pretendia ser um homem correto” (Jesus, 1986, p. 10-11). O homem em formação agora tem gosto, pode escolher quais roupas usar e acessórios. A visão binária do que é para homem e do que é para mulher estava sendo forjada, ao mesmo tempo em que a esperteza de Carolina era inegável para se atentar a tantos detalhes, como ilustra aqui: “O meu irmão queria ver os soldados. Resolveu vestir-se de mulher. Vestiu um vestido da minha irmã, pôs colar, pintou o rosto (...) estavam procurando o meu irmão. Ele ficou bonito vestindo trajes femininos” (Jesus, 1986, p. 156).

Diferente do irmão de Carolina e obviamente desse contexto, assumir minha masculinidade *gay* revelou para minha família o desconhecimento, o não saber lidar com a situação e o não reconhecimento da minha pessoa, provocou no ambiente, como pontua Seddwick (2007, p. 35): “um espaço epistemológico pesado, ocupado e consequente”. O irmão

de Carolina solucionou uma situação específica para se tornar quase invisível, enquanto nós, pessoas LGBTQIA+, ocupamos o espaço do armário cotidianamente e quando podemos saímos dessas amarras muitas vezes violentas, que causam sofrimento psíquico e invisibilidades, não é uma simples questão hermética (Sedgwick, 2007).

Viajando ainda mais nas minhas lembranças, no interior com cerca de 30 mil habitantes, que se chama Boca da Mata, localizado em Alagoas, lembro da minha irmã usando salto desde pequena, roupas mais coloridas, tinha todo um cuidado especial no cabelo. Por outro lado, em se tratando de mim, nossa mãe dizia: “É só colocar uma camisa e uma bermuda e tá pronto”. É interessante porque mesmo sem perguntar ou sequer expressar para a minha mãe o quanto eu queria usar alguma coisa, eu refletia: “Será que isso pode pra menino?”. O desejo de me tornar homem sempre vinha atrelado de características e traços que marcavam os gêneros, como observamos nesta passagem:

Quero ter a força que tem o homem. O homem pode cortar uma árvore com um machado. Quero ter a coragem que tem o homem. Ele anda nas matas e não tem medo de cobras. O homem que trabalha ganha mais dinheiro do que uma mulher e fica rico e pode comprar uma casa bonita para morar (Jesus, 1986, p. 11-12).

Tanto na citação acima, como nas minhas memórias, a caracterização feita do feminino e do masculino, sempre surge numa lógica binária, apontando para aspectos culturais de socialização. Segundo Souza (2010), todos esses atributos inseridos em nossa cultura, partia da tentativa de naturalizar, marcar, cristalizar e impor o que seria masculino e feminino. Outro aspecto na passagem acima de Carolina, é a visível distinção socioeconômica, ou seja, da classe social, entre os homens ricos e os homens pobres. Dessa maneira, a experiência masculina e suas performances, emergiam de maneiras diversas, afinal o acesso aos bens materiais, a educação e ao poder aquisitivo como um todo propicia experiências que partem de lugares diferentes (Souza, 2010). Não obstante o homem negro, que reside em periferia, ou favela, luta

diariamente para exercer sua sobrevivência e experienciar sua masculinidade com mais obstáculos advindos do nosso sistema racista.

Os atributos que circulavam no imaginário de Carolina eram de um homem superior e com maior capacidade de obter o que desejava. Por outro lado, a mulher era colocada enquanto subordinada e inferior. Essa lógica não pertencia à Carolina, mas a um sistema estrutural de relação de poder. O violento sistema patriarcal e machista, produzia privilégios de poder para nós homens, resultando num equilíbrio desigual e provocando mais vulnerabilidade nas mulheres (Martínez-Moreno, 2018). A vivência da autora se baseava naquilo que via, lia e ouvia. Portanto, quem eram os homens que tinham o poder? Quem eram as mulheres que ocupavam cargos públicos? Quais eram as figuras públicas da época? Quem eram as pessoas que ela encontrou nos livros de história, na vizinhança, na vida pública? Quais eram as representatividades?

Entrelaçando os meus pensamentos e os de Carolina, lembro que eu já não demonstrava ser um homem tão viril, apesar de sempre ter brincado muito na rua, ter sido corajoso para subir em árvores, de jogar bola (todos os atributos dados como masculino) e nunca demonstrar tanto medo durante a infância. Eu reprimia meus sentimentos e minhas emoções, chorava diante de brigas e controlava o meu jeito de ser para não ser retalhado pela minha mãe e pela sociedade que dita os padrões de gênero e sexualidades. A minha mãe gostaria que eu me tornasse qual homem? A cultura daquele local pedia para eu alcançar qual tipo de masculinidade?

Outro episódio marca a vida de Carolina quando ela percebe que as mulheres também podem ditar algo: “Uma mulher havia mandado um rei cortar a cabeça de São João Batista! Pensei: As mulheres também mandam no mundo! Ah! Então eu também vou mandar, só que não vou consentir que cortem as cabeças dos homens” (Jesus, 1986, p. 23 e 24). Imediatamente, concebe-se o anseio de que mulheres podem ocupar cargos de poder. No entanto, qual a cor

dessas mulheres? Qual a classe social? Estamos falando de mulheres cisgênero ou transgênero? Qual a orientação sexual dessas mulheres? Elas possuem alguma religião, qual?

De acordo com Akotirene (2019), nós não podemos deixar de utilizar um olhar interseccional para analisar os marcadores sociais, afinal, numa pesquisa de cunho feminista e antirracista se torna fundamental praticar esse exercício de análise. A figura do homem permeia por toda a obra e sempre conectada à imagem da mulher, vejamos: “Oh! Bitita! Você é tão correta que deveria ter nascido homem. O homem honesto e correto é sol terrestre” (Jesus, 1986, p. 31). Até o presente momento pouco foi falado acerca dos marcadores sociais, o homem trazido durante a obra tinha poucas características e pertencia a uma imagem única de masculinidade.

Contribuindo com o pensamento da autora, Ribeiro (2015), argumenta que precisamos analisar os sujeitos levando em consideração os seus processos de socialização, com suas diferenças raciais e diferenças de classe social, pois, cada um/uma experienciará o masculino e o feminino enquanto processos e momentos de suas vidas. Dessa maneira, podemos evidenciar masculinidades e feminilidades a partir de uma visão não subordinada e com experiências distintas.

Em suas narrativas, Carolina escancarava a realidade de como nossa sociedade estava sendo construída: “O homem pobre deveria gerar, nascer, crescer e viver sempre com paciência para suportar as filáucias dos donos do mundo. Porque só os homens ricos é que podiam dizer 'Sabe com quem você está falando?' para mostrar a sua superioridade” (Jesus, 1986, p. 34). O olhar atencioso de Bitita percebia uma diferença entre os homens e a forma como exerciam suas masculinidades. O homem pobre estava abaixo do homem rico. Por meio do marcador social da classe, a maneira de performar a masculinidade já se alterava, uma encruzilhada de opressão estava se formando e isso diz respeito a interseccionalidade. Os resquícios do colonialismo ainda permeavam naquela época, como mostra a seguir:

Se o filho do patrão espancasse o filho da cozinheira, ela não podia reclamar para não perder o emprego. Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha! O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. Meninas que ainda estavam pensando nas bonecas, nas cirandas e cirandinhas eram brutalizadas pelos filhos do Senhor Pereira, Moreira, Oliveira, e outros porqueiras que vieram do além-mar (Jesus, 1986, p. 34).

Esse sistema de opressão advém do período escravista, diversos cruzamentos são perceptíveis, tais como de gênero, sexualidade, raça e classe na passagem anterior. Como bem pontua Akotirene (2019, p. 97): “A interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas”. A maneira como as masculinidades eram trazidas à tona começavam a surgir e isso vem de um enorme processo histórico diferencial para o homem negro e para o homem branco: “Negro ladrão... - aquilo ia transferindo-se de boca em boca. E aquele negro, sem nunca ter roubado era um ladrão” (Jesus, 1986, p. 35). Como é possível falarmos de uma masculinidade universal ou de uma performatividades de masculinidade universal sabendo que somos sujeitos incumbidos de processos sociais, culturais e religiosos diferentes?

Cotidianamente, como afirma Souza (2017), o jogo de poder entre a dita masculinidade hegemônica em relação a masculinidade subalternizada é negociado, obviamente de uma maneira injusta, impondo sobre alguns grupos mais marginalizados narrativas menores, atribuindo significados pejorativos e, sobretudo, criando um “controle representativo” (Souza, 2017, p. 2) colocado no homem de cor preta. Portanto, esse “controle representativo” está diretamente relacionado à construção com a sociedade supremacista branca. Essas masculinidades negras, em suma, ainda são elaboradas e trazidas em narrativas (brancas) recheadas de estereótipos, entendido aqui como aquilo que reduz e essencializa o sujeito (Hall, 2016), quase como uma fusão natural, uma norma que permeia toda a sociedade, instaurando mentiras e diminuindo vivências (Souza, 2017).

Fixar, naturalizar e essencializar foram formas de categorizar e reduzir o povo negro, concordando com Stuart Hall (2016). Essa lógica impõe a diferença, marca e designa a

representação de um determinado povo. No entanto, qual a intenção em tentar naturalizar uma cultura? A resposta está “clara” e presente no imaginário social, sobretudo, de nós brancos. Se há diferenças culturais entre pessoas brancas e negras, logo, elas podem sofrer alteração e, portanto, o processo de naturalizar é uma invenção para fixar a diferença.

Podemos ver neste fragmento de texto mais uma forma de masculinidade, Carolina (1986, p. 56) se refere aos homens negros: “Eu notava que, com as mulheres pretas, eles não mexiam muito. Não faziam elas correrem. Mas falavam palavrões para elas e mostravam o pênis”. Para bell hooks (2019a), essa ideia de masculinidade negra condiz ao comportamento falocêntrico masculino e aos dividendos patriarcais, isto é, muitos homens negros tentavam performar uma masculinidade branca hegemônica criada pelo nosso patriarcado supremacista branco. Além disso, também recai sobre a nossa herança patriarcal, a civilização colonial em nosso país, colocada a força sob os homens negros (Trevisan, 2018).

O avô de Carolina também performava a imagem de um homem másculo, viril, detentor do lar: “A mulher depois que se casa deve cuidar apenas dos afazeres domésticos. Compete ao homem ser o chefe da casa” (Jesus, 1986, p. 80). Bem como percebe aqui numa conversa entre o avô e a avó de Bitita: “É a última vez que a senhora vai fazer compras sem o meu consentimento. Quando quiser sair, peça-me permissão. Quem manda na senhora sou eu! Se a senhora não sabe obedecer – Vai embora!” (Jesus, 1986, p. 81). Esse tipo de comportamento em nenhum momento é questionado, essa masculinidade patriarcal absorvida pelo seu avô nunca foi uma problemática, não dava brecha para perceber o quão profunda e intensa essa norma foi instaurada nos homens negros (hooks, 2019a).

Carolina, conhecendo aos poucos as representações masculinas, se depara com o poder estrutural dado pela sociedade patriarcal e machista ao homem: “- Não minha filha! A mulher deve obedecer ao homem. Eu ficava furiosa. E chorava porque queria virar homem para as mulheres obedecerem-me” (Jesus, 1986, p. 66). O machismo absorvia o pensamento de Bitita.

Na Rua Deraldo Quintela, localizada em Boca da Mata - Alagoas, o homem que brigava com a esposa e apanhava dela, acabara de se tornar uma enorme chacota. Era assim na minha infância, ele não podia ser confrontado, não podia ser combatido e muito menos “perder” espaço para uma mulher. Dentro da minha casa, eu sempre ouvia da minha mãe: “Peça ao seu pai primeiro”, “Fale com ele primeiro”, “Você já disse para o seu pai?”. Frases repetidas inúmeras vezes durante a minha infância e só denotam um enorme poder atribuído ao “homem da casa”.

A violência patriarcal era tão imensa que já havia chegado aos olhos e ouvidos de Carolina desde cedo: “Eu dormi com uma mulher branca. O outro dizia: - Eu dormi com uma pretinha, e dei cinco mil-réis pra ela. – Eu dei dez para a branca. – Que tal é a mulher branca? – Que tal é a mulher negra?” (Jesus, 1986, p. 45). Como também observamos: “Você vê como é que o mundo já está melhorando, nós os negros já podemos dormir com as mulheres brancas. É a igualdade que já está chegando” (Jesus, 1986, p. 46). Numa pirâmide social, de maneira sucinta, a mulher negra pobre está na base, enquanto a mulher branca pobre ou rica está acima.

Parafrazeando Souza (2017), a mulher negra é um objeto com menor valor, menor privilégio, que não soma muito interesse social para a sociedade. Já a mulher branca, simbolicamente, ainda possui alguns privilégios e um status perante à sociedade, sendo assim, essa “miscigenação branqueadora” (Souza, 2017, p. 8) se trata de uma execução para adquirir algum tipo de ascensão social de uma parcela dos homens negros para com as mulheres brancas.

Aqui destaco classe social: “As mulheres pobres invejavam os casacos de peles. Compreendo que o sonho de pobre é sonhar, apenas sonhar. As ricas eram vaidosas. Olhavam os pobres como se fossem intrusos neste mundo, ou objetos incômodos e sem prestígio” (Jesus, 1986 p. 101). O que isso nos revela? Os homens encontravam estratégias para manter seu *status quo* e, para isso, buscavam atender a uma “masculinidade hegemônica” (Connell e Messerschmidt, 2013, p. 245). Portanto, reitero, a importância de termos um olhar interseccional para observarmos a constituição das masculinidades e das feminilidades, não

caindo num binarismo, mas construindo um olhar levando em consideração a realidade vivida daquele sujeito, jamais elaborando um olhar colonial e universal.

“(…) vou comprar um remédio para você ficar branca e arranjar outro remédio para o seu cabelo ficar corrido. Depois vou arranjar um doutor para afilar o seu nariz” (Jesus, 1986 p. 134). Através dessa breve citação, tento elucidar o quão necessário discutir branquitude e qual seria a relação direta com a formação da masculinidade? Nossa sociedade supremacista branca tem ditado as regras do jogo, tem controlado o nosso modo de ser, de agir e de sentir. Em contrapartida, ainda permeia o estereótipo de homem branco mais belo e requintado com toda a sua performance viril e máscula nas escolhas de muitas pessoas. O problema não é “ser” esse homem citado, mas quais as suas implicações? Por que os demais não são valorizados da mesma maneira? Portanto, estudar as representações de masculinidades e os seus atravessamentos, por um olhar interseccional, nos ajuda a perceber atentamente as relações de poder que estão imbricadas, indo para além de visões binárias, dialogando, (re)discutindo, denunciando, radicalizando nossa forma de pensar e tecendo reflexões acerca das masculinidades vigentes.

Considerações finais

Os diálogos promovidos com a obra **Diário de Bitita** (1986), chama a nossa atenção para as representações de masculinidades e feminilidades imbricadas na subjetividade de Carolina e do imaginário social que permeava aquela época, o que não está nem um pouco distante do que vivemos hoje, quando, por exemplo, temos uma Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Pains, 2019), que compartilha de falas como: “É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa.”; “Temos o outubro rosa, o novembro azul. Vamos estar respeitando a identidade biológica das crianças”. Como também temos o então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que diz: “A definição de família para mim é uma só, aqueça da Bíblia” e “O Brasil e os EUA estão lado a lado em seus esforços para

garantir a liberdade em respeito aos valores da família tradicional, ao nosso criador Deus, contra a ideologia de gênero ou as atitudes politicamente corretas (...) (Ker, 2019).

Carolina Maria de Jesus, apesar da baixa escolaridade e do pouco acesso a literatura, conseguiu provocar em nós, por meio dos registros em **Diário de Bitita** (1986), tensionamentos, reflexões e ter nos dado aporte teórico suficiente para avançarmos, minimamente, no debate acerca das masculinidades. Presente em sua escrita, nos revelou como a cultura está entrelaçada com as noções de gênero, em como a sociedade (re)produz e também sofre processos institucionais e estruturais que normatizam as políticas de gênero. Assim como nos tempos de Carolina, não tão distante dos nossos como já vimos, a educação não é para todos/as, os livros ainda não cabem no orçamento de grande parte das famílias brasileiras. Precisamos criar novos meios para fazer a conexão entre o povo e o pensamento feminista. bell hooks (2019b, p. 45) reforça: “Uma literatura que ajuda a informar uma multidão de pessoas, que ajuda indivíduos a compreenderem o pensamento e as políticas feministas, precisa ser escrita em uma vasta gama de estilos e formatos”.

Não nos cabe discorrer sobre todas as representações e categorias de masculinidades aqui, por isso, me ative apenas a ampliar os estudos e, de alguma maneira, provocar indagações nos/as leitores/as. O uso da interseccionalidade, enquanto uma ferramenta teórico-metodológica, nos ajuda a analisar, questionar e promover múltiplas masculinidades e feminilidades, trazendo à tona uma série de vivências, identidades, numa tentativa anticolonial de fazer ciência. Juntamente de uma agenda feminista, podemos ressignificar masculinidades rumo à uma identidade libertadora, uma “masculinidade feminista” (hooks, 2019b, p. 108). A nossa intenção, nesse estudo, é iniciar e despertar um desejo e/ou vontade para mais pesquisas sobre masculinidades e aproximar a academia de escritoras outras como Carolina.

Referências

- Akotirene, Carla (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Selo Sueli Carneiro, Editora Pólen.
- Anzaldúa, Gloria (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*
- Bento, Berenice (2015). Masculinidade hegemônica e outras masculinidades. Em: Berenice Bento, *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas* (pp. 81-99). Natal: Editora EDUFRN.
- Butler, Judith (2003). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira
- Castro, Eliana de Moura & Machado, Marília Novais da Mata (2007). *Muito bem, Carolina!*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte.
- Chimamanda, Ngozi Adichie (2015). *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Collins, Patricia Hill (2017). O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. *Cadernos Pagu* (51).
- Connel, Robert William & Messerschmidt, James W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21(1).
- Conrado, Mônica & Ribeiro, Alan Augusto Moraes (2017). Homem negro, negro homem: masculinidades e feminismo negro em debate. *Revista Estudos Feministas*, 25(1).
- Cornejo, Giancarlo (2012). A guerra declarada conta o menino afeminado. Em Richard Miskolci, *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Cadernos da Diversidade.
- Debert, Guita Grin (2008). Masculinidade, feminilidade e a reprodução das desigualdades. *Cadernos Pagu* (30).
- Fanon, Frantz (2008). *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: Editora EDUFBA.
- Farias, Tom (2017). *Carolina: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Malê
- Filho, Luciano Mendes de Faria & Zica, Matheus da Cruz e (2010). Masculinidades e experiências masculinas em Bernardo Guimarães. *Cadernos Pagu* (34)
- Gama, Juliana Fonsêca de Almeida (2016). “Né homem não?” - *Retratos das masculinidades: entre as singularidades e a hegemonia* (Dissertação de mestrado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco - Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
- Gonçalves, Marco Antonio (2014). Um mundo feito de papel: sofrimento e estetização da vida (os diários de Carolina Maria de Jesus). *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, pp. 21-47.
- Grosfoguel, Ramón (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v 31.
- Hall, Stuart (2016). *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Apicuri.

- hooks, bell (2008). Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 857-864.
- hooks, bell (2019a). *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante.
- hooks, bell (2019b). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.
- Jesus, Carolina Maria de (1960). *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Editora Francisco Alves.
- Jesus, Carolina Maria de (1986). *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Ker, João (2019). Bolsonaro leva discurso homofóbico aos EUA: “só existe uma definição de família. [online] *Híbrida*. 20/03/2019. Disponível em: <<https://revistahibrida.com.br/2019/03/20/bolsonaro-leva-discurso-homofobico-aos-eua-so-existe-uma-definicao-de-familia/>>. Acessado em: 26/05/2020
- Kilomba, Grada (2019). *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó.
- Lang-Welzer, Daniel (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*.
- Machado, Bruna Farias (2016). Estudos de masculinidades: a crise masculina, a masculinidade hegemônica e a paternidade em Onde estão os ovos?, de Fabrício Carpinejar. *Revista Mosaico*, v. 7.
- Moreno-Martínez, Marco Julián (2018). Ñero, muchachos e novos homens. Cultura, violência e reciprocidade na problematização da masculinidade. *Cadernos Pagu*.
- Narayan, Uma (1997). O projeto de epistemologia feminista: perspectiva de uma feminista não ocidental. Em: Alison M. Jaggar e Susan R. Bordo. *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.
- Paiva, Mirian Santos (1997). Teoria feminista: o desafio de tornar-se um paradigma. *Revista Bras. Enferm*, v. 50.
- Palma, Daniela (2017). As casas de Carolina: espaços femininos de resistência, escrita e memória. *Cadernos Pagu* (51).
- Preciado, Paul Beatriz (2018). *Testo junkie*. São Paulo: n-1 edições.
- Pains, Clarissa (2019). Menino veste azul e menina veste rosa, diz Damares Alves em vídeo. [online] *O Globo*. 03/01/2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>>. Acessado em: 26/05/2020.
- Ribeiro, Maria Auxiliadora Teixeira; Martins, Mário Henrique da Mata; Lima, Juliana Meirelles (2015). A pesquisa em banco de dados: como fazer? Em: Charles Elias Lang e Jefferson de Souza Bernardes, *Metodologias: pesquisas em saúde, clínica e práticas psicológicas*. Maceió, AL: Edufal.
- Ribeiro, Alan Augusto Moraes (2015). Homens negros, negro homem: sob a perspectiva do feminismo negro. *Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, v. 2(2).

- Ribeiro, Djamila (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.
- Ribeiro, Djamila (2019). *Lugar de Fala*. São Paulo: Selo Sueli Carneiro, Editora Pólen.
- Rodriguez, Shay de los Santos (2019). Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. *Revista Diversidade e Educação*, v. 7.
- Santos, Vivian Matias dos Santos (2018). Notas Desobedientes: Decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Revista Psicologia & Sociedade*.
- Santos, Helen Barbosa dos; Detoni, Priscila Pavan; Novais, Flávia Luciana Magalhães (2019). Movimento de homens; homens em movimento: dissonâncias no debate sobre as masculinidades. *Revista Diversidade e Educação*, v. 7.
- Sedgwick, Eve Kosofsky (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu* (28).
- Soares, Lissandra Vieira & Machado, Paula Sandrine (2017). “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia Política*, vol 17.
- Souza, Raquel (2010). Rapazes negros e a socialização de gênero: sentidos e significados de “ser homem”. *Cadernos Pagu* (34).
- Souza, Henrique Restier da Costa (2017). Lá vem o negão: discursos e estereótipos sexuais sobre os homens negros. Em *Anais do 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero & 13º Mundos de Mulheres*. Florianópolis.
- Trevisan, João Silvério (2018). *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

Notas

ⁱ Epistemicídio significa a destruição de povos e todo o seu conhecimento. Tudo aquilo que está distante dos padrões europeus, que é colocado como inferior e subalternizado é automaticamente considerado com menos importante e sem valor (Grosfoguel, 2016).

ⁱⁱ Tendência de colocar o homem como universal, detentor do conhecimento e gerador de paradigmas (Narayan, 1997).

ⁱⁱⁱ Termo cunhado pela intelectual Conceição Evaristo, escrevivência, marca a escrita de si, a experiência do sujeito, construindo, dessa forma, narrativas não só sobre quem escreve, como também à experiência coletiva da escritora. Neste caso, uma escrita marcada, sobretudo, pelo corpo negro de Carolina (Soares e Machado, 2017).

^{iv} O objetivo dessa seção é trazer, brevemente, um apanhando do que se vem produzindo sobre as masculinidades ao longo do tempo. Por meio de uma revisão sistemática de textos resgatando contribuições importantes para nos debruçarmos na temática afimco produzindo, assim, reflexões e problematizações.

^v (Jesus, 1986, p. 16).